

Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais?

Financial education around the world: how are national strategies organized?

Educación financiera por el mundo: ¿cómo se organizan las estrategias nacionales?

Glauciane Vieira¹

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica – EDUMATEC/ UFPE

<http://orcid.org/0000-0001-8879-9950>

Cristiane Pessoa²

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora Educação Matemática e Tecnológica – EDUMATEC/UFPE

<http://orcid.org/0000-0002-5434-8999>

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de explorar como diferentes países organizam seus programas e estratégias nacionais de Educação Financeira. O método utilizado foi a leitura de relatórios oficiais da OCDE e consulta a sites governamentais e pesquisas acadêmicas. Os resultados apontam que há uma tendência mundial em instituir a Educação Financeira como uma política pública nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a fim de promover uma alfabetização financeira capaz de reeducar o comportamento dos indivíduos frente ao uso de suas finanças. Concluímos que há uma diversidade de metodologias para abordar a temática e destacamos a importância de uma Educação Financeira Escolar crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Educação financeira, Estratégias nacionais pelo mundo, Países.

¹ Vieira.0318@gmail.com

² Cristianepessoa74@gmail

Abstract

This study aims to explore how different countries organize their programs and strategies to teach Financial Education. The method used was reading the official OECD reports and consulting on government websites and academic research. The results demonstrate a worldwide willingness to institute Financial Education as public policy at different levels, stages, and modalities of education. The main purpose of these countries is to build financial literacy capable of re-educating the behavior of individuals in relation to their finances. We concluded that there is a great diversity of methods to approach the subject, and we highlight the importance of a critic and reflective School Financial Education.

Keywords: Financial education, National strategies around the world, Countries.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo explorar cómo diferentes países organizan sus programas y estrategias para enseñar Educación Financiera. El método utilizado fue la lectura de los informes oficiales de la OCDE y la consulta en sitios web gubernamentales e investigaciones académicas. Los resultados demuestran la voluntad mundial de instituir la Educación Financiera como política pública en diferentes niveles, etapas y modalidades de educación. El objetivo principal de estos países es construir una educación financiera capaz de reeducar el comportamiento de las personas en relación con sus finanzas. Concluimos que existe una gran diversidad de métodos para abordar el tema, y destacamos la importancia de una Educación Financiera Escolar crítica y reflexiva.

Palabras clave: Educación financiera; Estrategias nacionales por el mundo; Países.

Educação financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais?

A Educação Financeira (EF), como uma política pública, tem sido foco de interesse de diversos países ao redor do mundo. Seja através de programas consolidados e/ou em fase de preparação, o fato é que nos últimos anos há um empenho por parte de organismos nacionais e internacionais em difundir em seus países uma cultura de EF, capaz de orientar as pessoas quanto ao uso de suas finanças e promover o bem-estar social e econômico da população.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “a existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a promoção do tema no país e cria diretrizes para balizar iniciativas concretas” (OCDE, 2013, p. 17). Desse modo, uma estratégia nacional, de acordo com as orientações da OCDE, é aquela que apresenta quatro princípios: reconhece a importância da EF através de legislações, envolve a cooperação de diferentes partes interessadas, estabelece um roteiro para atingir objetivos específicos e pré-determinados e fornece orientação para a construção de programas que atendam diferentes segmentos sociais.

Com o intuito de disseminar e acompanhar as iniciativas de EF nos diferentes países, a OCDE criou em 2008 a INFE – *International Network of Financial Education*, uma plataforma colaborativa que permite reunir decisores políticos das economias mundiais para compartilhar conhecimentos e experiências sobre a temática.

Desde a sua criação, a Rede Internacional de Educação Financeira é considerada o principal veículo para discussões e para análise dos níveis de conhecimento da população, a fim de avaliar a realidade de cada país e subsidiar o desenho de políticas públicas no âmbito da Educação Financeira.

Quando falamos de políticas públicas, referimo-nos às ações desenvolvidas por entes governamentais, responsáveis pelo desenvolvimento de programas e de projetos que atendam as necessidades de uma população ou de segmentos específicos dela. A esse respeito, a

constituição de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira configura-se como uma política pública, pelo fato dos governos nacionais e internacionais adotarem medidas na execução de programas para melhorar o grau de EF da população, promover o fortalecimento da cidadania e ampliar a compreensão dos cidadãos para conceitos ligados à gestão do dinheiro e às finanças pessoais.

Embora a EF seja uma discussão nova em termos de construção e expansão, de acordo com o relatório *Better policies for better lives*, produzido pela OCDE, “em um número crescente de países, as implicações em longo prazo de baixos níveis de alfabetização financeira entre a maioria da população estão levando os governos a agir” (OCDE, 2019, p. 1). Agir significa desenvolver estratégias de Educação Financeira que sejam capazes de fornecer soluções eficazes para as necessidades de alfabetização financeira dos indivíduos.

Alfabetizar financeiramente os indivíduos, de acordo com a OCDE, não se dá apenas e exclusivamente pelo viés da educação formal nas escolas, antes, envolve o uso de uma ampla variedade de métodos, que vão desde a criação de materiais didáticos específicos de EF, até sites interativos dedicados sobre questões financeiras, que também fornecem conselhos detalhados aos consumidores.

Isto posto, este estudo tem como objetivo explorar como diferentes países organizam seus programas e estratégias nacionais de Educação Financeira e, de modo específico (1) identificar para quais segmentos populacionais os projetos estão direcionados e (2) conhecer quais metodologias são utilizadas para difusão da temática em cada país.

Para uma melhor discussão, este artigo está estruturado em quatro partes. A primeira busca discutir a Educação Financeira no contexto nacional, a segunda apresenta a metodologia utilizada no presente estudo, na sequência apresentaremos a EF no contexto internacional e por fim, nossas considerações.

A educação financeira no Brasil, a ENEF e a educação financeira escolar

Antes de apresentarmos como os países selecionados estruturam seus projetos e suas estratégias nacionais de EF, julgamos necessário apresentar como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) do Brasil está organizada e quais ações têm sido desenvolvidas para disseminação da temática no país.

Não é de hoje que a discussão sobre a Educação Financeira está presente no nosso país. Se olharmos de forma retrospectiva o contexto brasileiro, deparamo-nos com alguns períodos que contribuíram para a formalização da EF no Brasil. Até meados dos anos 1990, o Brasil apresentava um cenário marcado pela desestabilização da moeda nacional, com altos índices de inflação e pouco acesso à informação, o que fazia com que os conhecimentos financeiros fossem restritos para aquelas pessoas que possuíam algum tipo de capital, pois a EF se concentrava nas dicas de investimentos dos especialistas em produtos de mercado financeiro, que ensinavam como preservar ou multiplicar recursos. Até então, não havia uma preocupação em ensinar a planejar, pois, de acordo com Araújo e Calife (2014):

Os altos índices de inflação, associados à baixa bancarização, desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via a cor de seu dinheiro, que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível (Araújo & Calife, 2014, p. 1).

Diante deste cenário, qualquer tentativa de planejamento não seria bem sucedida, uma vez que a instabilidade econômica instaurada no nosso país dificultava a inserção de conhecimentos sobre planejamento e gestão de orçamentos familiares ou domésticos, “pois havia a necessidade de se gastar logo o que era recebido, a fim de evitar perdas maiores e o comprometimento de contas e gastos necessários” (Teixeira & Kistemann Jr., 2017, p. 227).

Outro período que marcou a trajetória da EF foi a implantação do Plano Real (1994) que estabilizou a economia e diminuiu a inflação. À medida que os preços se equilibraram,

houve uma significativa melhora nas condições econômicas, no mercado de trabalho e na expansão do crédito. Nos anos 2000, a partir de políticas sociais e econômicas do governo, o acesso ao crédito foi um divisor de águas na trajetória da EF, pois, havendo melhores condições macroeconômicas³, os brasileiros poderiam adquirir novos produtos e serviços com mais facilidade.

De acordo com Teixeira e Kistemann Jr. (2017, p. 228), “com o controle da inflação, com o acesso de um maior número de pessoas ao sistema bancário e a facilidade de obtenção de crédito, foi criado um ambiente favorável ao crescimento do consumo do cidadão médio”. No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade começava a vivenciar uma nova forma de usufruir suas finanças, havia uma preocupação em orientá-la quanto aos prejuízos do consumo excessivo e à importância de um planejamento doméstico e familiar para evitar dívidas e desperdícios, preparando-se para um futuro financeiro saudável e equilibrado. Neste sentido:

Assim que as condições reais começavam a permitir que planejamento financeiro fosse um objetivo possível para a classe média brasileira, começaram a surgir obras que atendiam a essa demanda ainda incipiente por informações sobre como chegar à prosperidade (Araújo & Calife, 2014, p. 3).

Desse modo, vários livros abordando a temática da prosperidade e do enriquecimento foram publicados e divulgados no Brasil no começo dos anos 2000, como, por exemplo, *Pai rico pai pobre*, de Robert T. Kiyosaki (1997); *Independência Financeira*, de Robert T. Kiyosaki e Sharon L. Lechter (2001); *Investimentos – Como Administrar Melhor seu Dinheiro*, de Mauro Halfeld (2001); *Seu futuro financeiro*, de Louis Frankenberg (2000); *Casais inteligentes enriquecem juntos*, de Gustavo Cerbasi (2004).

Apesar de essas obras estarem disponíveis para a sociedade brasileira, ainda assim, como é de se esperar, não foram suficientes para reeducar o comportamento financeiro e evitar

³De acordo com Araújo e Calife (2014), as melhores condições macroeconômicas estavam relacionadas a três fatores determinantes: o controle da inflação, a expansão da bancarização e o acesso ao crédito, “do ganho de renda - primeiramente por conta do fim do “imposto inflacionário”, mais tarde pelo avanço da atividade econômica – e, recentemente, do emprego formal” (Araújo & Calife, 2014, p. 02).

a crise econômica que assolou o nosso país, causando uma série de inadimplências⁴ no mercado de crédito. O cenário que se desenhava, de acordo com pesquisas realizadas pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), era o de que “as pessoas não planejavam seus gastos no longo prazo, tinham dificuldades em tomar decisões e eram vulneráveis a fraudes” (Brasil, 2010, p. 2).

O Brasil, mesmo não fazendo parte da OCDE, mas podendo atuar de forma seletiva em alguns comitês que lhes são de interesse⁵, acompanhou um imenso debate em torno da importância da Educação Financeira e em 2010 instituiu a ENEF, uma Política de Estado que tem como objetivo “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010, p. 01). Para a ENEF, a EF, configura-se como:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2010, p. 3).

Melhorar a compreensão das pessoas, fazendo-as adquirirem os valores e as competências necessárias em relação ao uso de suas finanças, é algo que não acontece

⁴ De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), “o percentual de famílias com dívidas aumentou em junho de 2020 e alcançou novo recorde histórico. Também é maior o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, assim como o percentual de famílias que relataram não ter condições de pagar suas contas em atraso” (PEIC, 2020, p. 01).

⁵ De acordo com o Ministério da Economia, em 2012 a OCDE convidou o Brasil para participar de um programa chamado Engajamento Ampliado e, desde então, o Brasil tem a possibilidade de participar dos diferentes órgãos da OCDE e aderir aos instrumentos legais da Organização. No site do Ministério da Economia encontramos a seguinte informação: “Atualmente o Brasil já aderiu a 82 dos 253 instrumentos normativos da Organização e solicitou a adesão de outros 65. Trata-se do país não-membro com maior participação em instrumentos da OCDE. Além da adesão de diversos instrumentos, o país participa de aproximadamente 30 foros e instâncias da Organização, entre comitês e grupos de trabalho relacionados a temas como: comércio, investimentos, agricultura, governança, educação, proteção do consumidor e tributação (<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/12/entenda-a-relacao-de-cooperacao-entre-o-brasil-e-a-ocde>).

velozmente, pois, é um processo ao longo prazo que requer avaliações, revisões periódicas e políticas permanentes que promovam uma conscientização efetiva. Pensando nessas questões, foi instituído pela ENEF, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), para “estabelecer metas de planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF” (Brasil, 2010, p. 23).

Ao longo de seus dez anos, a ENEF vem desenvolvendo várias ações que permitem expandir uma cultura de EF no nosso país, como por exemplo, o Programa Educação Financeira nas Escolas, que faz parte do Programa Transversal da ENEF; a Semana Nacional de Educação Financeira, que tem como objetivo promover a ENEF, por meio de ações gratuitas realizadas em diversas regiões e estados brasileiros; o Selo ENEF, cujo objetivo é reconhecer iniciativas de EF; o Projeto Itinerante de Educação Financeira que, em parceria com o Serasa Consumidor, percorre o território brasileiro capacitando professores para que eles insiram a EF no plano pedagógico da escola; o Mapeamento Nacional das Iniciativas de EF no nosso país; a Rede de Educação Financeira, que busca firmar parceria com Instituições de Ensino Superior em cada estado do país a servir como um polo de Educação Financeira, capacitando os professores da rede pública através de cursos de pós-graduação; o Programa de Educação Financeira para Adultos, que atende mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de até dois salários mínimos.

Para as mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família, o programa de EF volta-se para atender quatro tipos de *personas*⁶ identificadas nas pesquisas e nos documentos oficiais do Programa Bolsa Família, a saber: as sonhadoras – classificadas como aquelas que possuem baixa responsabilidade sobre o uso do dinheiro, e que precisam de orientação quanto a escolhas financeiras mais maduras; as visionárias – quegeram patrimônio e renda, mas que precisam de

⁶Informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/parcerias-e-patrocinios/para-adultos/personas-identificadas-no-programa-de-educacao-financeira-para-adultos/>

apoio para proteger e multiplicar seus bens; as sobreviventes – classificadas como as que possuem recursos limitados e, portanto, precisam de orientação para potencializar os recursos e tornar-se uma mulher empoderada; e as guerreiras – que possuem foco nas escolhas em curto prazo, e que precisam ser orientadas quanto aos riscos e quanto à necessidade de realizar um planejamento a médio e longo prazo.

Seguindo essa mesma linha, os aposentados também foram classificados em quatro tipos de *personas* e, para cada um deles, o Programa de Educação Financeira volta-se para um objetivo específico. Para os classificados como dedicados – aqueles que possuem endividamento por realizar sonhos alheios – o programa busca impor limites, para que eles olhem para suas reais necessidades. Para os classificados como anciões – aqueles com endividamento por ter investido em situações adversas – o programa tem como objetivo mostrar os riscos e imprevistos a este aposentado. Para os classificados como resignados – aqueles que possuem endividamento ocasionado por abusos financeiros e escolhas inconscientes – o programa volta-se para empoderar e isolar o aposentado. Para os hedonistas – que possuem dívidas por causa do consumo compulsivo – o programa volta-se para dar sustentabilidade e disciplina a este tipo de aposentado. Para além dessas ações, ainda há o Prêmio Nacional de Educação Financeira, um reconhecimento às iniciativas mais bem sucedidas e aos métodos mais eficientes de disseminação da ENEF.

De acordo com o que é divulgado no site da ENEF (<https://www.vidaedinheiro.gov.br/>), as ações desenvolvidas pela Estratégia estão pautadas pelo viés da gratuidade, prevalência do interesse público e a atuação em âmbito Nacional, o que a torna uma referência para o desenvolvimento de programas, projetos e políticas públicas.

Não podemos negar que as atividades desenvolvidas pela ENEF são importantes para a disseminação da EF no nosso país, mas não o suficiente, pois, pelo fato da Educação Financeira tornar-se uma temática obrigatória nos currículos do Ensino Fundamental e Médio,

a partir de 2017 com a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda há professores que não sabem como abordar o tema em sala de aula, escolas que ainda não organizaram sua matriz curricular para trabalhar de forma transversal e interdisciplinar e processos formativos que orientem os professores quanto ao trabalho com a EF.

Na BNCC, a EF está posta como um dos temas transversais, que deve fazer parte dos currículos de todas as escolas públicas e particulares da jurisdição brasileira. De acordo com as orientações da Base, a EF deve ser abordada em diversas áreas do conhecimento, com conteúdos que estejam próximos à realidade dos estudantes, ajudando a desenvolverem conhecimentos sobre finanças.

Embora a BNCC oriente que a EF deve ser trabalhada em diversas áreas, as orientações voltam-se para a área de Matemática. Fazendo uma breve análise da BNCC, percebemos que do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, não é feita menção sobre o trabalho com a EF. Para esses anos de escolaridade, a disciplina de Matemática se encarrega em tratar de assuntos sobre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, equivalência de valores, resolução de problemas e o universo das compras. Em contrapartida, para os anos finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano), há uma indicação de como a EF deve ser abordada em sala de aula, através de conteúdos típicos da Matemática Financeira, como porcentagem e cálculo de juros.

Por mais que saibamos da importância dos conceitos matemáticos para a aplicação e análise de dados financeiros em geral, defendemos que o trabalho com a Educação Financeira não deve se limitar a esta área. Uma crítica que fazemos a este documento é que, apesar de afirmar que a EF favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas e que o aluno deve analisar, fazer considerações fundamentadas e tomar decisão frente às questões financeiras, não destaca de que forma este trabalho pode ser desenvolvido. Além disso, limita-se a introduzir a Educação Financeira a partir do 5º ano do Ensino Fundamental.

Defendemos que o ensino da EF deve começar da mais tenra idade e a importância de haver uma maior transversalidade entre as disciplinas, pois, ao contrário das demais áreas de conhecimentos que apresentam conteúdos pré-estabelecidos, a EF, não apresenta conteúdos consolidados e, portanto, permite existir uma flexibilidade nas áreas de conhecimentos, fazendo emergir um trabalho significativo e relevante, na e para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Além disso, preocupa-nos a ausência de um viés crítico na abordagem da EF nas escolas e que esta temática seja tratada eminentemente a partir da ideia de que educar-se financeiramente é poupar para adquirir bens ou serviços em um futuro próximo ou distante ou administrar dinheiro ou saber adquirir produtos financeiros. A EF trata destes aspectos, mas vai muito além deles.

Procurando analisar as concepções de Educação Financeira e possibilidades da sua inserção na prática escolar de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a pesquisa desenvolvida por Vieira, Mendonça e Silva (2019), por meio de um questionário aplicado a dez professores da Cidade do Recife, constatou que grande parte desses profissionais apresenta uma concepção limitada de Educação Financeira, na medida em que associam a temática apenas ao uso do dinheiro e à administração de finanças e que há a necessidade de formação continuada específica para ampliar o leque de possibilidades e apresentar novas discussões e perspectiva de EF.

Trabalhar com a EF sempre será uma zona de risco, pois, discutir um tema que ao contrário de muitos, não apresenta conteúdos delimitados, requer um investimento maior de tempo, planejamento e pesquisas por parte do professor que busca sair da zona de conforto que lhe cerca e trabalhar a temática, com vistas a desenvolver uma consciência crítico-reflexiva.

Para que isso seja possível, é necessário um ensino que se contraponha ao modelo bancário das instituições financeiras, que consiste em poupar para consumir posteriormente.

Defendemos que o ensinamento da EF deve ir além dessas questões, buscando desenvolver a consciência crítico-reflexiva nos educandos, por meio de uma aprendizagem contextualizada, frente às questões do cotidiano, relacionando-as à diferença entre querer e precisar, consumismo, sustentabilidade, poupança, tomada de decisão e reflexões sobre as influências da mídia no consumo.

Assim, coadunamos com a corrente de estudiosos (Santos, 2017; Silveira, 2017; Muniz, 2016; Pessoa, 2016; Coutinho & Teixeira, 2016; Chiarello & Bernardi, 2015; Silva & Powell, 2015; Kistemann Jr., 2011; Mendonça; 2019) que defendem uma ideia de EF mais crítica. concordamos com Silva e Powell (2015), que definem a EF como um processo educativo, no qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro, bem como das finanças e do consumo e são estimulados a desenvolverem uma consciência crítica e reflexiva sobre diversas questões, incluindo as de ordem financeira que envolvem sua vida pessoal, familiar e social.

Buscando princípios norteadores que possibilitem essas aprendizagens, encontramos nos estudos desenvolvidos por Muniz (2016) uma proximidade com os ideais que acreditamos serem os mais pertinentes para o ensino da EF no contexto escolar. Esses princípios se referem a: (1) convite à reflexão, o ensino da Educação Financeira deve oferecer aos estudantes oportunidades de reflexão, por meio de situações financeiras que envolvam diferentes aspectos, levando-os a avaliar e tomar as suas próprias decisões, sem doutrinação ou julgamento de valor sobre as decisões; (2) conexão didática, o ensino da Educação Financeira não deve estar atrelado exclusivamente à Matemática, mas aos diferentes campos do conhecimento e a diferentes contextos e comportamentos sociais; (3) princípio da dualidade, o processo de ensino e aprendizagem deve ser uma via de mão dupla entre o ensino da Matemática e de situações financeiras, ou seja, a Matemática ajuda nas reflexões e tomadas de decisão financeiras e a Educação Financeira ajuda a compreender a Matemática; (4) lente multidisciplinar, ainda que a Educação Financeira tenha uma forte relação com a Matemática, é importante que sejam

feitas múltiplas leituras de situações financeiras, como por exemplo, a psicológica, a social, a antropológica, a econômica, porque elas ajudam na leitura de situações de consumo, renda, endividamento, entre outras.

Desse modo, quando esses princípios são incorporados à prática do professor, abre-se um leque de possibilidades para que a Educação Financeira assuma uma perspectiva mais crítica do que as apresentadas pelas instituições bancárias e pela ENEF.

A inserção da EF nas escolas precisa ocorrer não apenas relacionada à prática do professor, mas nos materiais utilizados na escola. Em seu estudo de mestrado, Santos (2017) teve como objetivo investigar como os manuais dos professores, bem como as atividades propostas nos livros dos alunos, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2016 abordava o tema da EF. Após a análise, a partir dos ambientes de aprendizagem de Skovsmose (2000) e das categorias das temáticas elencadas a partir das atividades propostas nos livros didáticos, e das orientações nos manuais dos professores, foi constatado que as 23 coleções de Alfabetização Matemática (1º ao 3º anos) e as 17 coleções de Matemática (4º e 5º anos), apresentavam juntas, um total de 48 atividades de Educação Financeira, que procuravam discutir temáticas como: desejo versus necessidade, guardar para adquirir bens ou produtos, economia doméstica, sustentabilidade, atitudes ao comprar, tomada de decisão, influência das mídias e das propagandas, valor do dinheiro, uso do dinheiro, produtos financeiros e consumismo.

Ainda sobre esse assunto, Santos (2017) elenca outras temáticas que podem ser tratadas em sala de aula e que apresentam potencial para abordar a EF numa perspectiva crítica e reflexiva, tais como:

Situações de compra e venda com discussões sobre consumo consciente, querer *versus* precisar, pesquisa de preços, qualidade x preço, dentre outros que ajudem em reflexões acerca da EF. Além disso, destaca-se a importância de que temáticas como economia, poupança e importância de planejamento e de um controle de gastos sejam, também, discutidas com os alunos (Santos, 2017, p. 03).

Entendemos que a diversificação de temáticas pode ser um dos caminhos importantes para um trabalho significativo com a EF e acreditamos que as crianças, ao pensarem sobre questões financeiras, possam apresentar ideias relacionadas a algumas temáticas, o que pode servir de suporte para processos de intervenções futuras com estudantes no ensino de situações relacionadas à EF.

Assim, tendo sido feitas as devidas considerações sobre a Educação Financeira no contexto brasileiro, e havendo discutido o que defendemos como pesquisadoras e educadoras, na próxima seção apresentaremos o caminho metodológico percorrido para a realização deste estudo.

Caminhos da pesquisa

Com vistas a atender os nossos propósitos, detalharemos nesta seção o caminho metodológico que percorremos. De modo geral objetivamos explorar como diferentes países organizam seus programas e estratégias nacionais de Educação Financeira e, de modo específico (1) identificar para quais segmentos populacionais os projetos estão direcionados e (2) conhecer quais metodologias são utilizadas para difusão da temática em cada país.

Nossa coleta de dados se pautou na análise de relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, de sites governamentais e de pesquisas acadêmicas. Para além dos relatórios consultados, utilizamos como complemento buscas no *Google Scholar* para encontrarmos pesquisas que tratassem sobre temas como Educação Financeira pelo mundo e/ou mapeamento das Estratégias Nacionais de Educação Financeira.

Encontramos em nossas buscas vários estudos entre teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso, que tocavam resumidamente sobre o assunto. Como critério para seleção e leitura dessas produções, procuramos verificar quais estavam em Língua Portuguesa, assim, fizemos a leitura de duas teses de doutorado (Nogueira, 2011; Soares, 2017), duas dissertações de mestrado (Martins, 2013; Britto, 2012), uma monografia de

bacharelado (Marques, 2018), três artigos acadêmicos (Santiago, 2015; Saraiva, 2017; Silva & Powell, 2016) e um trabalho de conclusão de curso (Zumach, 2019), com o intuito de encontrar informações sobre os países pesquisados e consultar a literatura apresentada.

Como critério para seleção dos países, tomamos como base informações contidas no relatório global da OCDE (2017)⁷, que apresenta uma lista com países que possuem uma estratégia nacional de Educação Financeira em funcionamento e outros com projetos em andamento sobre o tema. Para além deste critério, utilizamos a disponibilidade de material para a consulta. Desse modo, selecionamos um país por continente e por divisões regionais⁸, a saber: Gana, Estados Unidos da América, Colômbia, El-Salvador, Portugal, Índia e Austrália.

Como forma de apresentar os dados coletados, optou-se por fazer a análise individual de cada país, pela possibilidade de tratar de modo detalhado como se dá a organização das estratégias nacionais e/ou dos programas e de discutir para quais segmentos populacionais a EF está direcionada e quais metodologias são utilizadas para difusão da temática no país. Assim, na próxima seção apresentaremos a análise e discussão dos dados.

Apresentação dos dados

Na busca de atender os objetivos propostos neste estudo, apresentaremos nesta seção os resultados da análise desenvolvida, a partir das informações coletadas em documentos oficiais e pesquisas acadêmicas.

⁷ Os países que possuem uma estratégia nacional de Educação Financeira consolidada são Austrália (2011), Brasil (2010), República Tcheca (2010), Gana (2009), Índia (2010), Irlanda (2009), Japão (2005), Malásia (2003), Holanda (2008), Nova Zelândia (2008, 2010), Portugal (2011), Eslovênia (2011), Espanha (2008), Inglaterra (2003), Estados Unidos (2006), El Salvador (2008). E os que apresentam projetos em andamento são: Canadá, Colômbia, Estônia, Indonésia, Quênia, Letônia, Líbano, Malawi, México, Peru, Polônia, Romênia, Sérvia, África do Sul, Suécia, Tanzânia, Turquia, Uganda, Rússia, Tailândia, Zâmbia.

⁸ Pelo fato do Continente Americano ser dividido geograficamente entre América do Norte, América do Sul e América Central, nesse estudo, optou-se pela escolha de um país por região.

África – Gana

No continente africano, as discussões sobre a EF tiveram início depois da Conferência Literacia Financeira: Educação Financeira para Todos, realizada pela OCDE em 2011 e posteriormente, com a publicação do relatório O status da Educação Financeira na África, que constatou um cenário marcado por taxas de matrícula escolares relativamente baixas, mercados de trabalho altamente informais e altas taxas de pobreza, o que faz com que “o estado de desenvolvimento das iniciativas de educação financeira seja bastante heterogêneo nos países africanos” (OCDE, 2012, p. 31).

De acordo com o que está posto no relatório, países como Quênia, Malawi, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia estão em processo de desenvolvimento de estratégias nacionais. Por outro lado, Gana já apresenta uma Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira e Defesa do Consumidor no setor de microfinanças e na Nigéria o desenvolvimento da alfabetização financeira é um dos objetivos da Estratégia do Sistema Financeiro, coordenado pelo Banco Central do país, para o ano de 2020.

De um modo geral, a iniciativa de EF no continente africano volta-se para segmentos vulneráveis, pessoas com baixo nível de alfabetização financeira, pessoas de baixa renda, os excluídos do mercado financeiro, as mulheres, os jovens, estudantes, crianças, pessoas que vivem em áreas rurais e agricultores, pois:

A baixa alfabetização financeira é uma barreira importante do lado da demanda para uma inclusão financeira mais eficaz. Os muito poucos exercícios de medição existentes, destacam baixos níveis de conhecimento financeiro. Nesse contexto, há margem para melhorar o nível de alfabetização financeira entre as partes mais vulneráveis da população africana. Iniciativas de educação financeira bem projetada podem reduzir as barreiras do lado da demanda e podem capacitar economicamente indivíduos vulneráveis, para que possam gerenciar recursos familiares e desenvolver atividades geradoras de renda. (OCDE, 2012, p. 10).

Nesse sentido, fica claro o entendimento de que as ações de EF apontam para a necessidade de melhorar o nível de alfabetização dos africanos, como forma de promover um

empoderamento econômico de grupos vulneráveis, protegendo-os de profissionais inescrupulosos.

No Gana, país que apresenta uma Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira consolidada, para além das discussões sobre defesa do consumidor em microfinanças, houve a intenção de ampliar e aprimorar as discussões sobre a EF nas escolas. Até o fim de 2008 o Ministério das Finanças voltava o olhar para as micro, pequenas e médias empresas, com a criação de uma plataforma interativa que reunia partes do setor público e privado, academia, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento para melhorar a educação financeira para indivíduos empreendedores.

A partir de 2011, o governo do Gana, juntamente com seus parceiros de desenvolvimento, passou a desenvolver três tipos de atividades: Uma semana Nacional de Alfabetização Financeira, com treinamento para pequenos agricultores a fim de ajudá-los a acessar serviços financeiros e desenvolver planos de negócios, desenvolvimento de um material educativo sobre poupança, seguro e investimentos e o Quiz Nacional de Finanças para escolas de Ensino Fundamental e Médio, testando os níveis de alfabetização em finanças dos estudantes. A partir dos resultados obtidos pelo Quiz, o Ministério das Finanças e Planejamento Econômico, passou a aprimorar os conteúdos de alfabetização financeira dos currículos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e também do Ensino Superior. Nesse sentido, os conteúdos devem abordar a educação como um direito de todos, responsabilidades individuais e coletivas, comportamentos e atitudes financeiras saudáveis, hábitos de poupança e investimentos.

América do Norte – Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América, a Comissão Federal de Educação Financeira criada pelo Congresso dos Estados Unidos, juntamente com o Gabinete de Educação Financeira do Departamento do Tesouro Americano, é responsável por coordenar a Estratégia Nacional de

Alfabetização Financeira que tem como objetivos aumentar o acesso à informação, à educação e às ferramentas que auxiliem os indivíduos e as famílias a tomarem boas decisões financeiras em meio às situações cada vez mais complexa, pois, “o bem-estar financeiro dos indivíduos e das famílias é fundamental para a estabilidade financeira nacional e a falta de alfabetização financeira é uma barreira que pode reduzir os padrões de vida e limitar a prosperidade” (OCDE, 2011, p. 01).

Nesse sentido, com o intuito de manter o sucesso financeiro dos Estados Unidos e promover o bem-estar das famílias americanas, a Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira foca-se em quatro aspectos (1) Aumentar o conhecimento e o acesso à EF de forma eficaz, através de diferentes canais, como escolas, empregadores, prestadores de educação financeira, campanhas nacionais e informações em pontos de vendas e de serviços financeiros, fazendo com que os indivíduos tenham acesso aos conhecimentos de educação financeira, através de fontes confiáveis, relevantes e eficazes para promover a alfabetização financeira; (2) Determinar e integrar competências financeiras essenciais, uma vez que tais competências irão fornecer aos indivíduos as informações necessárias para agir em diferentes idades e fases da vida e, com isso, terão condições de tomar decisões bem informadas; (3) Melhorar a infraestrutura da EF, indicando áreas de ação, diretrizes e recomendações, capacitando prestadores e mentores de EF, para que a temática entre o quanto antes nas escolas, nas faculdades, nos centros técnicos de carreira e nos locais de trabalho, por meio de uma abordagem baseada na psicologia da tomada de decisão; (4) Identificar, aprimorar e compartilhar práticas de EF eficazes, através de pesquisas que permitam avaliar a eficácia dos programas, mensurar seus resultados e mapear periodicamente o conhecimento financeiro e a tomada de decisão dos indivíduos e das famílias.

Para que isso seja possível, a estratégia prevê a participação não apenas dos governos estaduais e locais, mas de instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos, como forma de

promover a alfabetização financeira dos indivíduos americanos, de forma ampla, através de diferentes órgãos, escolas, empregadores e prestadores de educação financeira.

América do Sul – Colômbia

A Colômbia encontra-se em estágio avançado de desenho de sua estratégia nacional de EF. De acordo com o Relatório Educação Financeira na América Latina e no Caribe,

A ideia de criar uma Estratégia Nacional de Educação Econômica e Financeira (Eneef) na Colômbia teve origem nas evidências observadas nas pesquisas relacionadas à falta de competências básicas dos agregados familiares em termos de tomada de decisão financeira, bem como a necessidade de racionalizar várias iniciativas em andamento, que sofreram orientação, coordenação e recursos. O interesse em adotar uma estratégia nacional, foi então uma resposta à falta de liderança e um meio para impactar efetivamente a vida cotidiana dos colombianos, além de conceder-lhes as ferramentas necessárias para uma melhor tomada de decisões econômico financeiras (OCDE, 2013, p. 44).

Nesta perspectiva, como forma de impactar a vida socioeconômica e cotidiana dos colombianos, a ENEEF tem como objetivo aumentar a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões informadas e conscientes, para que possam participar de forma responsável dos processos econômicos, favorecendo o avanço e o desenvolvimento do país. Desse modo, a Estratégia tem como meta: estabelecer diretrizes que ajudem as instituições de ensino a desenvolverem competências associadas à educação econômica e financeira em projetos pedagógicos de educação formal, garantir a qualidade do conteúdo dos programas de educação econômica e financeira e criar as ferramentas e os métodos necessários para avaliar periodicamente a eficácia da estratégia nacional e o impacto dos programas por ela endossados.

Para que a EF na Colômbia tenha um amplo alcance, eles definem que os programas e as informações devem ser veiculados em diferentes formas e canais, como a inserção da temática nos colégios, materiais educativos, palestras, seminários, concursos, programas de formação, websites, obras de teatros durante festivais e mensagens em estações de rádios, que contribuam para o desenvolvimento de valores, conhecimentos e competências necessárias para a tomada de decisões financeiras responsáveis.

América Central – El Salvador

Em El Salvador, o Programa de Educação Financeira lançado em 2008, de acordo com o Relatório *La educación financiera en América latina y El caribe situación actual y perspectivas* (OCDE, 2013), foi elaborado a partir de três razões, a saber: prover os cidadãos de informações adequadas para compreender os benefícios, custos e riscos dos produtos e serviços financeiros, ampliar o debate em torno da complexidade dos serviços financeiros decorrentes da globalização e fortalecer a função econômica do sistema financeiro, considerado fundamental para o crescimento econômico do país.

Por se tratar de uma política nacional, de caráter permanente, de acordo com o que está posto no Relatório, o Programa está voltado para atender diferentes segmentos da população e busca ajudar os indivíduos e as famílias a administrarem adequadamente as finanças conforme suas necessidades. Para isso, em seu Programa, o país afirma que conta com a participação de setores privados, instituições públicas ligadas ao governo que ajudem a elevar o nível de cultura financeira dos diversos usuários e investidores do sistema financeiro.

Inicialmente o Programa se direciona para a população que tem acesso à mídia eletrônica e aos meios de comunicação em massa, como os estudantes, jornalistas, professores e formadores de opinião e aos poucos amplia o debate para os demais segmentos da população. A EF chega aos salvadorenhos por diversos meios que vão de materiais disponibilizados na internet, processos educativos por meio de especialistas do mercado financeiro e conferências, até apresentações de temas de interesse nos centros educativos para o público infantil.

Europa – Portugal

Em Portugal, o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), elaborado por um grupo de trabalho, criado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) é um documento normativo que reconhece a importância da EF e que apresenta as principais linhas de orientação e apoia a realização de iniciativas em nível nacional.

Por se tratar de um projeto de médio e longo prazo, de acordo com o PNFF as orientações são elaboradas com horizonte temporal de cinco anos (2016-2020), com o envolvimento de um amplo e diversificado conjunto de parceiros, assumindo a marca “Todos contam” como forma de apoiar e acolher as diversas iniciativas de EF espalhadas pelo país, sem a qual não seria possível desenvolver um trabalho estruturado e duradouro. De acordo com o que está posto no documento, o Plano Nacional de Formação Financeira visa a:

Contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro (Portugal, 2016, p. 5).

Com vistas para alcançar tal objetivo, o governo português entende que é preciso estabelecer parcerias com ministérios e organismos públicos, associações empresariais, centrais sindicais, associações de consumidores e universidades para alcançar diferentes segmentos sociais, a fim de melhorar conhecimentos e atitudes financeiras, sensibilizando a população para a importância da formação financeira, aprofundar conhecimentos e capacidades na utilização dos serviços financeiros digitais, sobretudo para o acesso ao crédito facilitado e à compra por impulso, apoiar a inclusão financeira, divulgando junto à população o acesso a serviços mínimos bancários, desenvolver hábitos de poupança, sensibilizando a população para a importância de investir em uma poupança, promover o recurso responsável ao crédito, orientando a população para fazer escolhas adequadas, criar hábitos de precaução, alertando a população para situações que podem indiciar fraudes e reforçar conhecimentos financeiros na área empresarial, aumentando as competências financeiras de empreendedores da economia social.

Para além da plataforma digital Todos Contam, a EF, em Portugal, seguindo as orientações estabelecidas pelo PNFF deve atender, com abordagens específicas, diferentes segmentos populacionais. Crianças da Educação Pré-escolar e estudantes do Ensino Básico e

Secundário devem ser educadas, por meio de professores capacitados, levando em consideração o Referencial de Educação Financeira para as escolas e fazendo uso dos Cadernos de Educação Financeira. Os estudantes universitários, por sua vez, devem ser envolvidos por projetos de Literacia Financeira e em conferências sobre o assunto.

Os trabalhadores devem ter contato com a temática, por meio de conferências e seminários promovidos pelas associações empresariais, preferencialmente nos locais de trabalho. Para os grupos vulneráveis – classificados como os desempregados, imigrantes, reformados com baixo nível de rendimento, jovens sem escolaridade e pessoas com deficiência – o Plano estabelece que seja firmada parceria entre o Alto Comissariado para as Migrações junto à comunidade estrangeira residente em Portugal, para que sejam desenvolvidas atividades que tratem sobre produtos bancários, gestão do orçamento familiar, poupança e principalmente prevenção sobre endividamento e fraudes.

Para a população em geral, além de informações disponibilizadas em sites oficiais do Plano Nacional de Formação Financeira, o desenvolvimento de meios digitais de formação à distância é visto como uma importante estratégia para a difusão de informações sobre finanças pessoais e para os empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas, o acesso às informações sobre EF deve ser feito através do Referencial de Formação Financeira, um guia elaborado pelos supervisores financeiros, o Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e o Turismo de Portugal.

Ásia – Índia

De acordo com o Banco de Reservas da Índia “dado o fato da Índia ter uma população grande, uma economia em rápido crescimento e uma necessidade urgente de desenvolver um sistema financeiro vibrante e estável, foi necessário formular e implementar rapidamente uma estratégia nacional” (Índia, 2012, p. 01).

Desse modo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira alcança todos os indivíduos e ajuda-os a entender o papel do dinheiro em sua vida e as várias opções para converter suas economias em investimentos. Para isso, há um processo educativo que busca conscientizar os consumidores sobre o acesso a serviços financeiros, traduzir conhecimentos em comportamentos e fazer com que os consumidores entendam seus direitos e suas responsabilidades como clientes de serviços financeiros.

Para isso, a EF acompanha o ciclo de vida dos indivíduos, desde sua entrada na escola, até sua fase adulta. Para além da escola, há como porta de entrada: campanhas de conscientização para melhorar o conhecimento sobre gestão do dinheiro, consumidores financeiros, atores do mercado financeiro, instituições de ensino, organizações não governamentais, reguladores do setor financeiro, governo central e estadual, marketing social, grupos de autoajuda e diversos canais de comunicações integrados que permitam a disseminação da educação financeira em larga escala.

Oceania – Austrália

Na Austrália, a primeira versão da Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira foi publicada em 2011, pela Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos (ASIC) a fim de melhorar a alfabetização financeira dos australianos. Três anos depois de sua implantação, a Estratégia passou por um processo de revisão, para atualizar a definição de alfabetização financeira e destacar o papel desempenhado pelas circunstâncias pessoais na formação de atitudes e comportamentos, com o reconhecimento de que a construção da alfabetização financeira e do bem-estar é um processo dinâmico e contínuo.

Nessa versão atualizada, “a alfabetização financeira tornou-se uma condição prévia para tomar decisões financeiras sólidas, baseadas em circunstâncias pessoais, para melhorar o bem-estar financeiro” (ASIC, 2014, p. 18). Nessa perspectiva, a Estratégia Nacional da Austrália afirma que há fatores que direcionam as tomadas de decisões financeiras, como os

fatores ambientais, pessoais, psicológicos, sociais, econômicos, atitudinais, emotivos e a experiência de vida dos indivíduos.

Assim, como forma de educar financeiramente a população, preparando-os para a escolha de produtos do mercado financeiro e para as diferentes decisões ao longo da vida, a Estratégia australiana afirma que tem como objetivos educar a próxima geração, principalmente por meio do sistema formal de educação, aumentar o uso de informações, ferramentas e recursos livres e imparciais, fornecer orientação e apoio direcionados à qualidade, fortalecer a coordenação e parcerias eficazes e melhorar a pesquisa, medição e avaliação dos programas de EF. As três primeiras prioridades se concentram no desenvolvimento da capacidade de indivíduos, famílias e comunidades e as duas últimas fornecem orientação às organizações envolvidas em pesquisa sobre alfabetização financeira, desenvolvimento de políticas e entrega de programas.

Para alcançar esses objetivos, a Estratégia se alicerça em sete pilares, a saber: inclusão – no sentido de alcançar a todos os australianos; engajamento – estimulando as pessoas a desenvolverem hábitos saudáveis de educação financeira; diversidade – reconhecimento de que não existe uma única maneira de propagar a educação financeira, pois as pessoas aprendem de forma heterogênea; conhecimento – possibilitar o acesso à informação por diferentes meios; melhoria dos resultados – reconhecer que apenas a informação não é suficiente e que outros mecanismos precisam ser criados e disponibilizados; parceria – com diferentes setores para que a educação financeira seja tratada de forma cooperativa; e avaliação e melhora dos programas em andamento.

Afirmam que a Estratégia pretende ser flexível e capaz de responder a mudanças no ambiente externo ou nas condições do mercado, para permitir que atores e novos participantes contribuam para a Estratégia de diferentes maneiras e promovam igualmente os esforços de pequenas e grandes organizações.

Um olhar sobre os países pesquisados

Como pode ser observado a EF atravessa diferentes continentes, e está presente por meio de políticas públicas consolidadas ou em fase de elaboração. De um modo geral, os países que foram analisados entendem que desenvolver uma estratégia nacional de EF é uma importante ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico do país e uma forma de alfabetizar financeiramente crianças, jovens e adultos.

Na Austrália e no Gana a Educação Financeira é vista como forma de melhorar a alfabetização financeira da população. Nos Estados Unidos e na Colômbia ela é importante para aumentar a capacidade dos indivíduos de tomarem decisões financeiras acertadas e em El Salvador, Portugal, Brasil e na Índia, é tida como necessária para ajudar os indivíduos e as famílias a administrarem suas finanças e desenvolverem um comportamento financeiro saudável.

É preciso notar também que as estratégias nacionais desenvolvidas pelos países analisados, incluindo o Brasil, ganham força e amplitude por estabelecerem parcerias com diversos agentes e instituições públicas e privadas, quais sejam, Ministério das Finanças, Banco Central, Regulador Financeiro, sindicatos, academias, escolas, grupos comunitários e organizações não governamentais, que permitem a disseminação da EF em larga escala.

Sobre a forma de como a EF é explanada, como pode ser visto, alguns países apresentam uma abordagem para segmentos específicos, segundo critérios socioeconômicos, como o caso de Portugal, Brasil, Gana e El Salvador e outros apresentam uma abordagem voltada para toda a população, como nos Estados Unidos, na Colômbia, na Índia e na Austrália.

Apesar de apresentarem abordagens diferentes, os países analisados reconhecem a importância de incluir programas de EF nas escolas, como forma de alcançar grande parte da população e desenvolver o processo de alfabetização financeira desde cedo, formando

indivíduos que saibam tomar decisões financeiras e que contribuam com o desenvolvimento socioeconômico do país.

O Brasil, assim como os demais países, segue as orientações estabelecidas pela OCDE, mas se espelha vigorosamente na forma como a EF é abordada em Portugal. Entre os pontos de encontros, destaca-se a elaboração dos Livros de Educação Financeira, no Brasil, com características semelhantes aos Cadernos de Educação Financeira, desenvolvido pelo Plano Nacional de Formação Financeira português. Outras afinidades correspondem ao desenvolvimento de jogos. Em Portugal os jogos de tabuleiro “A Descoberta da poupança”, “Produzir & Poupar & Investir”, “Equilibra o orçamento” e “Segura-te Bem” exploram conhecimentos financeiros sobre poupança, orçamento e investimentos. Inspirado nessa metodologia, o Brasil passou a desenvolver, em 2017, os jogos de tabuleiro “O Piquenique” e “Bons Negócios”, que assim como os jogos de Portugal, trabalham a importância de poupar e investir para alcançar objetivos pessoais.

Há semelhanças também entre as séries de TV da China⁹ e do Brasil. Em Hong Kong, a série intitulada “Once Upon a Dime” estimula os jovens a administrarem suas finanças, através de oito episódios baseados em casos da vida real que abordam temas como planejamento financeiro, cartão de crédito e gestão de dinheiro. No Brasil, a série “\$100 Neuras”, desenvolvida em uma parceria entre a Associação Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) e a TV Escola – Roquette Pinto Comunicação Educativa tem como objetivo, assim como a China, interagir com os jovens, e sensibilizá-los quanto à importância do planejamento, controle de gastos e administração de suas finanças.

Percebe-se que o Brasil coaduna com outros países em suas estratégias nacionais de EF e embora esteja em pleno desenvolvimento de sua ENEF na prática, sabe-se que há muito

⁹ Embora a China não faça parte do rol de países analisados, optou-se por citá-lo como forma de enriquecer o estudo.

caminho a percorrer para que a EF alcance os mais diversos lugares do Brasil de forma exitosa e que seja trabalhado de maneira crítica e reflexiva, para além do foco em finanças pessoais e no poupar para consumir, por exemplo.

Considerações finais

Neste estudo procuramos explorar como diferentes países organizam seus programas e estratégias nacionais de Educação Financeira, e de modo específico 1) identificar para quais segmentos populacionais os projetos estão direcionados e 2) conhecer quais metodologias são utilizadas para difusão da temática em cada país.

Discutimos inicialmente que a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) do governo brasileiro, configura-se como uma política pública de Estado, que busca difundir uma cultura de EF e alcançar crianças, jovens e adultos, através de programas, projetos, cursos, palestras e materiais didáticos e que, apesar de todas as ações que vêm sendo desenvolvidas, ainda assim não é suficiente para alcançar o território brasileiro e ajudar os professores na abordagem da temática em sala de aula.

Reconhecemos que apesar de as iniciativas serem essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de EF no nosso país, a perspectiva de educação financeira da ENEF é previdenciária, de seguros e de produtos financeiros. Este é um tipo de educação financeira, entretanto, não é o que defendemos.

Defendemos e acreditamos que a EF deve ir para além das questões mercadológicas, através de um processo educativo, que faça com que os estudantes sejam introduzidos no universo do dinheiro, mas que desenvolvam uma consciência crítica e reflexiva e saibam tomar decisões frente às mais diversas questões financeiras, que tenham consciência das armadilhas do marketing, que consigam distinguir um desejo de uma necessidade e que tenham consciência de que o consumismo gera consequências não apenas financeiras, mas de impacto no meio ambiente.

Observamos, a partir dos resultados, que é uma tendência mundial a criação de estratégias para uma EF da sociedade de diferentes países, e que para o desenvolvimento de qualquer política pública em nível nacional e internacional, as entidades governamentais e as autoridades financeiras públicas sempre serão parceiras-chaves para o planejamento e execução de programas, projetos e estratégias nacionais, pois, quer seja de forma direta ou indireta, seus interesses e visão de sociedade interferem nas propostas a serem desenvolvidas.

Como fora discutido anteriormente, apesar das diferenças regionais, políticas e socioculturais de cada país, todos seguem as orientações da OCDE e admitem que a EF deva estar presente nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, proporcionando aos indivíduos um processo de ensino e aprendizado sobre questões relacionadas às finanças pessoais, capazes de demonstrar atitudes e comportamentos financeiros saudáveis.

Foi possível perceber que há em cada país diversas formas de entrada para a abordagem da EF, seja através do sistema formal de ensino, com materiais específicos para a temática, até obras de teatro, *quiz*, *websites*, formação à distância e apresentações de temas relacionados às finanças, nos centros educativos. Além disso, observamos que alguns países se preocupam em preparar os professores para o trabalho com a temática, seja por meio de formações específicas, ou de algum material que possa servir de consulta e de apoio para seu trabalho, o que não acontece ainda de forma sistemática com a política de EF do nosso país.

Olhar para a forma como esses países desenvolvem suas políticas públicas de Educação Financeira nos faz entender que em nível nacional e internacional a EF tem sido vista e tratada predominantemente pela perspectiva mercadológica, no sentido de ensinar para os indivíduos a maneira correta e incorreta de usar suas finanças e de desenvolver bons hábitos de poupança, investimentos e seguros. Apesar de cada país focar em segmentos populacionais diferentes, todos parecem reconhecer que a educação financeira apresenta apenas uma função: a de alfabetizar os indivíduos como se eles fossem iletrados das questões financeiras.

Como pesquisadoras e educadoras, ressaltamos a importância da Educação Financeira ser vista como uma temática capaz de desenvolver nos indivíduos um senso crítico e reflexivo sobre as diversas questões que envolvam o uso do dinheiro. Acreditamos que o indivíduo é livre para fazer escolhas e tomar decisões de cunho pessoal, social e financeiro e nesse contexto, a EF é uma importante aliada na e para a formação de indivíduos com discernimento sobre tudo que o cerca.

Referências

- Araújo, F.C. & Calife, F. E. (2014). A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In J. Roberto Romeu Roque (org.), *Otimização na recuperação de Ativos Financeiros* (pp. 1-11). São Paulo: IBeGI Editora.
- Australian Securitit & Investiments Comission (ASIC). (2014). *Australians in control of their financial lives*. ASIC: Austrália.
- Associação de Educação Financeira do Brasil. (AEF). (2017). *Relatório anual 2017*. AEF: São Paulo.
- Banco Central do Brasil (BCB). (2010). *Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira*. BCB: Brasília.
- Brito, R. R. (2012). *Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica* [Dissertação de mestrado em Educação Matemática, Universidade Federal de Juíz de Fora]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>
- Chiarello, A.P. & Bernardi, L.S. (2015). Educação Financeira: Novos Desafios na Formação Continuada de Professores. *Boletim do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática*, 26 (66), p. 31-44. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/gepem.2015.026>
- Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). (2010). *Quem Somos CONEF: Brasil*.
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). (2020). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*. CNC: Brasília.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF). (2016). *Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020*. CNSF: Portugal.
- Coutinho, C. & Teixeira, J. (2016). Um Diagnóstico de Saberes Docentes. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, 10 (2), p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/issue/view/2362>
- Kistemann, JR., M. A. (2011). *Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores* [Tese de doutorado em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista]. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10923>.
- Martins, A. Q. N. (2013). *A formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Brasileiro* [Dissertação de mestrado em saúde pública, Escola Nacional de

Saúde Pública Sérgio Arouca]. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24443>

- Marques, W. A. (2018). *Semelhanças e diferenças entre instituições que oferecem Educação Financeira no Brasil* [Monografia de Bacharelado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/8373>
- Mendonça, J.M (2019). *Experiência de Educação Financeira na Educação Infantil da rede municipal de Recife* [Dissertação de mestrado em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco].
- Ministério da Educação (MEC). (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. MEC: Brasília.
- Muniz, I. (2016). Educação Financeira e a sala de aula de Matemática: Conexões entre a pesquisa acadêmica e a Prática Docente. *Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática* (pp 2-3). São Paulo: Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Disponível em: <http://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/comunicacoes-cientificas-4.html>
- Nogueira, H. M. F (2011). *Nível de Literacia Financeira dos Portugueses: Medição através de um índice e principais determinantes* [Tese de doutorado em finanças, Instituto Universitário de Lisboa]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4842/1/Literacia%20Financeira%20%20C3%ADndice%20e%20determinantes%20-%20Hugo%20Nogueira.pdf>.
- Oliveira, A. (2017). *Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental: como tem ocorrido na sala de aula?* [Dissertação de mestrado em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco].
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2011). *Education a Glace*. OECD: França.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2012). *The Status of Financial Education in Africa*. OECD: França.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2013). *La educación financiera en américa latina y el caribe situación actual y perspectivas*. OECD: França.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2013). *National Strategies for Financial Education*. OECD: França.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2019). *Advancing National Strategies for Financial Education*. OECD: França.
- Pessoa, C. A. S. (2016). Educação Financeira: O que tem sido produzido em mestrados e doutorados defendidos entre 2013 e 2016 no Brasil? In: Carvalhêdo, J.; Carvalho, M. V & Araujo, F. (orgs.). *Produção de conhecimentos na Pós-graduação em educação no nordeste do Brasil: realidades e possibilidades* (p.239-256). Disponível em: http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/TRABALHOS%20ENCOMENDADOS_E-BOOK.pdf
- Reserve Bank of India (RBI). (2019). *Financial inclusion and development*. RBI: Índia.
- Santiago, A.E.E. (2015). A Educação Financeira Escolar em Portugal. *Boletim Gepem*, 2 (66), p. 20-30. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/gepem.2015.025>
- Santos, L. T. (2017). *Educação financeira em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental: Quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as*

- orientações presentes nos manuais dos professores?* [Dissertação de mestrado em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco].
- Saraiva, K.S. (2017). Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, 3 (66), p. 157-173. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53867>.
- Silva, A. & Powell, A. (2015). Educação Financeira na Escola: a perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Boletim GPEM*, 24, (66), p. 3-19.
- Silva, A. & Powell, A.B. (2016). Currículos de Educação Financeira para escola nos Estados Unidos. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, 6 (3), p. 19-35. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4235>.
- Soares, F.P. (2017). *Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1494250389_Fabr%C3%ADcio_Pereira_Soares__2017.pdf
- Teixeira, W. C. & Kistemann, M.A.JR. (2017). Uma investigação sobre a inserção da Educação Financeira em um curso de serviço de Matemática Financeira para graduandos de um curso de Administração. *Educação Matemática Pesquisa*, 19, (1), p. 223-249. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/27828/pdf>
- U.S Department of the treasury (2019). *Financial Literacy and Education Commission. Promoting Financial Success in the Unites States*. Department of the treasury: Unites States.
- Vieira, G. S.; Mendonça, J. M. & Silva, J.R. (2019). *Educação Financeira: concepções e possibilidades elencadas por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental* [artigo não publicado, apresentado na disciplina Tópicos em Educação Financeira, ministrada em 2019.1 no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE].
- Zumach, C. H. (2019). *Alfabetização Financeira no Ensino Médio: Uma análise das Estratégias no Brasil e no mundo* [Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202285>

Recebido em: 10/03/2020
Aprovado em: 02/07/2020